



SENADO FEDERAL

CURSO POLÍTICA E CIDADANIA

Construindo um novo Brasil



SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG - PSB/DF

Intermediário



CURSO POLÍTICA E CIDADANIA

VOL. 4

TEORIA E METODOLOGIA NAS
CIÊNCIAS HUMANAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

- 2011 -

Sumário

1 – O QUE É UMA TEORIA?	05
2 – TEORIAS NA POLÍTICA	08

I – O que é uma teoria?

Os que estudam ou lidam com as Ciências Humanas e as Ciências Sociais, necessariamente têm que formular hipóteses sobre como as coisas aconteceram e por que aconteceram de uma e não de outra forma? Quando buscam as razões que justifiquem suas afirmações sobre um determinado fenômeno estão à procura de uma hipótese. Mas o que é uma hipótese? A palavra nos veio do grego, *hypothesis*, mas nos chegou através do latim, *hypotheses*. Significa, segundo o *Aurélio*, “suposição”, “conjectura” e de acordo com o Mestre, “acontecimento incerto, eventualidade, segundo o exemplo que ele dá: “Na hipótese de sua candidatura, avise-nos”.

Em Filosofia, esclarece ele, é “suposição que orienta uma investigação por antecipar características prováveis do objeto investigado e que vale, quer pela confirmação dessas características, quer pelo encontro de novos caminhos de investigação”. Ainda no campo da Filosofia, é “proposição que se admite de modo provisório como princípio do qual se pode deduzir um conjunto dado de proposições”. De acordo com sua afirmação, podemos concluir que uma Teoria é uma Hipótese. Não qualquer hipótese, mas sim uma suposição que precisa ser confirmada ou comprovada por fatos que a expliquem.

Vejamos uma hipótese histórica. Como exemplo, tomemos a seguinte afirmação: “Ante a invasão napoleônica da Península Ibérica, no séc. XIX, D. João, Regente do Reino de Portugal, armou uma esquadra e partiu para o Brasil, antes da chegada das tropas do Imperador francês a Lisboa”. Mais que uma hipótese, trata-se de um fato histórico, mais do que documentado, comprovado porque nunca contestado. Não se trata de algo que necessite de novas comprovações. Mas se quisermos indagar o motivo que levou D. João e sua corte à fuga que empreenderam, teremos que formular nova hipótese que possa encontrar comprovação.

Antes de invadir Portugal, as tropas francesas comandadas pelo marechal Junot, já haviam ocupado a Espanha e mantido cativo o rei espanhol. O precedente justificava e, sem dúvida, fun-

damentou a decisão do Regente português de deixar o país e vir abrigar-se no Brasil. Ou seja, usamos um fato histórico antecedente, para justificar outro fato histórico conseqüente. Em ambos os casos, não lidamos com hipóteses, mas com fatos. Isto não exclui a observação de que o fato precedente justificou o fato conseqüente.

No livro *Guia para Estudantes de Ciencia Política – Métodos y recursos*¹ o autor define: “As teorias são afirmações gerais que descrevem e explicam as causas ou efeitos de classes de fenômenos. São compostas por leis causais ou hipóteses, explicações e condições antecedentes. As explicações são também compostas por leis causais ou hipóteses, que, por sua vez, se compõem de variáveis dependentes e independentes”. Para caracterizar os termos que são usuais nas Ciências Sociais e nas Ciências Humanas, o autor usa a definição de vários termos, como:

1. Lei – Uma relação regular observada entre dois fenômenos. As leis podem ser:

- a) *deterministas* ou
- b) *probabilísticas*.

As primeiras formulam relações invariantes: (se A então sempre B). As segundas formulam relações probabilísticas: (se A, então às vezes B). As ciências exatas têm muitas leis deterministas. Quase todas as leis das ciências sociais são probabilísticas. As leis podem ser causais (A causa B) ou não causais (A e B são causadas por C. Portanto, A e B estão relacionadas, porém nenhum causa o outro).

2. Hipótese – Uma lei conjecturada entre dois fenômenos. Como as leis, as hipóteses podem ser de dois tipos: causais (conjecturo que A causa B) ou não causais (conjecturo que A e B são causados por C, logo, A e B estão correlacionados, porém um não causa outro).

3. Teoria – É quando estabeleço uma lei causal (estabeleço que A causa B) ou uma hipótese causal (conjecturo que A causa B), mas

(1) Stephen Van Evera. Barcelona, España Editorial Gedisa – Ciencia política, 1ª edição, junho de 2002. Título do original: *Guide to Methods for Students of Political Science*, © 1997 by Cornell University Press.

necessito de uma explicação que mostre porque A causa B.

4. Explicação – Trata-se das leis ou hipóteses que ligam a causa ao fenômeno causado e mostram como ocorre o nexo causal (A causa B, porque A causa q que causa r que causa B

5. Variável – Conceito que pode ter vários valores: por exemplo, o grau de democracia de um país, ou a proporção de votos de um partido, numa eleição.

As variáveis são de dois tipos:

a) *Variável independente* [VI] Trata-se de “uma variável que representa o fenômeno causal de uma teoria ou hipótese causal. Na hipótese: “a alfabetização causa a democracia” o grau de alfabetização é uma variável independente.

b) *Variável dependente* [VD] – É uma variável que representa o fenômeno causado por uma teoria ou hipótese causal. Na hipótese: “a alfabetização causa a democracia”, o grau de democracia é a variável dependente.

c) *Variável interveniente* (VInt.) – É uma variável que representa fenômenos intervenientes incluídos na explicação de uma teoria causal. Exemplo: “Na teoria à luz do sol causa a fotossíntese, o que faz com que a erva cresça”, a fotossíntese é a causa interveniente.

Conclusão do autor das definições: “Uma teoria, portanto, nada mais é que um conjunto ligado de leis ou hipóteses causais”, que são representadas por um diagrama de flechas ($\rightarrow$), da seguinte maneira:

$$A \rightarrow q \rightarrow r \rightarrow B$$

Neste diagrama, A é a variável independente da teoria, e B a variável dependente. As letras $\neg q$ e r indicam variáveis intervenientes e constituem a explicação da teoria.

II – Teorias na política

a) Regra da maioria, comando da minoria

Na fundamentação teórica da evolução histórica da Política, são várias as Teorias que procuraram caracterizar seus diferentes aspectos. Elas foram, via de regra, elaboradas por filósofos de várias áreas, especialistas que foram buscar argumentos e hipóteses que sustentassem suas posições. Sabemos, por exemplo, que uma das definições adotadas especialmente depois do séc. XVIII, para caracterizar a Democracia representativa, foi a máxima de que a Democracia é o regime que se fundamenta na regra da maioria. Em outras palavras, é a maioria que faz a Democracia. Esta, contudo não é uma afirmação calcada nos fatos. Um dos textos mais famosos da análise política é de autoria do italiano Gaetano Mosca intitulado *A Classe Política*, constante de seu manual *Elementi di Scienza Política*². Nada melhor para ilustrar sua argumentação do que uma consulta direta ao seu texto:

“Entre as tendências e os fatos constantes que se encontram em todos os organismos políticos, aparece um cuja evidência se impõe facilmente a qualquer observador: em todas as sociedades, desde as mediantemente desenvolvidas, que apenas chegaram aos preâmbulos da civilização, até as mais cultas e fortes, existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados. A primeira, que sempre é menos numerosa, desempenha todas as funções políticas, monopoliza o poder e desfruta das vantagens a ele unidas. A segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira de maneira mais ou menos legal, ou ainda de um modo mais ou menos arbitrário e violento e dela recebe, ao menos aparentemente, os meios materiais de subsistência e os indispensáveis à vitalidade do organismo político. Na prática, todos reconhecemos a

(2) Roma, 1896.

existência dessa classe dirigente ou classe política, como a definimos várias vezes. Sabemos com efeito que, em nosso país e nas nações vizinhas há uma minoria de pessoas influentes que dirigem a coisa pública. De bom ou mal grado, a maioria lhe entrega a direção; de fato, não podemos imaginar na realidade, um mundo organizado de outra maneira, em que todos estivessem submetidos a um só, ainda que em pé de igualdade e sem nenhuma hierarquia entre eles, ou que todos dirigissem, em igualdade de condições, os assuntos políticos. Se em teoria raciocinamos de outra maneira, se deve ao efeito de hábitos inveterados de nosso pensamento, e em parte à excessiva importância que damos aos fatos políticos, cuja aparência se situa muito acima da realidade. O primeiro desses fatos consiste na fácil comprovação de que, em todo organismo político há sempre alguém que está na cúpula da hierarquia da classe política que dirige o timão do Estado. O segundo fato é igualmente fácil de perceber porque, qualquer que seja o tipo de organização social, se pode comprovar que a pressão proveniente do descontentamento da massa dos governados e das paixões que agitam, pode exercer certa influência sobre a direção da classe política. O que constitui a verdadeira superioridade da classe política, como base para a investigação científica é a preponderância que tem sua diversa constituição, na determinação do tipo político e também do grau de civilização dos diferentes povos. Com efeito, atendo-nos à maneira de classificar as formas de governo que esta ainda em voga, Turquia e Rússia eram monarquias absolutas até poucas décadas; Inglaterra e Itália, monarquias constitucionais. Enquanto que França e Estados Unidos se incluíam na categoria de Repúblicas³. Esta classificação se baseia em que, nos dois primeiros países, a chefia do Estado era hereditária, e nominalmente onipotente; nos segundos, ainda sendo hereditária, tinha faculdades e atribuições limitadas; e, nos últimos, era eletiva. Esta classificação, porém, resultar

(3) Este texto de Gaetano Mosca é de 1896

ser evidentemente superficial. Com efeito, se vê claramente que os regimes políticos da Rússia e Turquia tinham muito pouco em comum, dada a grande diferença entre o grau de civilização desses países e o ordenamento de suas classes políticas. Seguindo o mesmo critério, vemos que o regime monárquico da Bélgica é mais parecido ao da França republicana que ao da Inglaterra, também monárquica e que existem diferenças importantíssimas entre o ordenamento político da França e dos Estados Unidos, apesar de serem ambos os países repúblicas”.

A teoria de Gaetano Mosca serve para mostrar como é relativa a afirmação de que as Democracias são o regime das maiorias!

b) Teoria dos Jogos

A Teoria dos Jogos é um ramo da Matemática que foi aplicado à Política com frequência cada vez maior, a partir da década de 1960. Um jogo é qualquer situação na qual os resultados são o produto da interação entre mais de um participante racional; A teoria inclui, não só jogos na acepção comum, como xadrez ou futebol, mas sobretudo uma enorme variedade de interações humanas. Qualquer interação humana, como por exemplo “que estrada devo seguir, a da direita ou a da esquerda?”, até indagações “como devo me comportar em uma negociação internacional?”, podem ser tratadas como um jogo. Há várias maneiras de se classificar os jogos. A mais comum é a que os divide entre jogos com informação perfeita e sem informação perfeita, assim como a que os considera jogos-de-soma-zero e jogos-de-soma-não-zero. Os mais estudados em política, como o “jogo do galinha” e o “dilema do prisioneiro, são jogos de soma-não-zero traduzidos do *The Concise Oxford Dictionary of Politics*, de Iain Mc Lean, de 1996, no verbete “*Game Theory*”, p.198. Chicken Games (em inglês, chicken [galinha] tem a conotação de covarde).

Nesse jogo, duas pessoas estão dirigindo em sentidos opostos, em uma estrada estreita: o primeiro a desviar é o covarde. O jogo é

representado pelo diagrama seguinte:

Você desvia Você continua

	Você desvia	Você continua
Eu desvio	B,B	C,A
Eu continuo	A,C	D,D

Em que $A > B > C > D$, cada letra antes da vírgula é o que eu ganho e a letra após a vírgula é o que você ganha. O jogo prevê quatro resultados, A,B,C,D em que A é a pontuação mais alta, B e C a pontuação intermediária e D a pontuação mais baixa.

1) Na opção Eu desvio, Você desvia, o resultado é B (resultado intermediário) para ambos os contendores. É um jogo de soma positiva, pois ambos não perdem.

2) Na opção Eu desvio, Você continua, o resultado é C (pontuação intermediária) para mim, A para você, ou seja, eu perco, você ganha.

3) Na opção Eu continuo, Você desvia, o resultado é A para mim (pontuação mais alta) e C para você (pontuação intermediária, em que eu ganho e você perde.

4) Na opção Eu continuo, Você continua, o resultado é soma zero, já que ambos vamos perder, pois vamos nos chocar.

c) Teoria Crítica

Essa teoria está associada à crítica que a Escola de Frankfurt faz de Marx e de seu conceito de consciência, em especial dois de seus expoentes, Herbert Marcuse (1898-1979) e Jürgen Habermas. Os dois criticam a tecnologia moderna dos meios de comunicação, que criam uma ideologia falsa, para impedir que os indivíduos tomem consciência de sua verdadeira situação. A produção maciça de bens de consumo e a distorção da realidade são as vias que têm sido utilizadas pela classe capitalista para dificultar o progresso da revolução.

d) Teoria da Coalizão

É a tentativa de prever o tipo de coalizão que se formará em uma determinada circunstância. Aplica-se não só às coalizões de governo, como também a qualquer forma de agrupação de pessoas diferentes em uma aliança e que serve para referir-se, tanto às relações internacionais, como a subgrupos humanos. Na política nacional de qualquer país, pode haver coalizões legislativas, alianças parlamentares constituídas, geralmente para fins concretos ou coalizões eleitorais, que são alianças de partidos em períodos eleitorais, em especial nas votações de maioria absoluta que, em geral, exigem um segundo turno.

e) Teoria da Convergência

Trata-se de tese que emergiu durante a fase conhecida como “distensão” entre as potências ocidentais e o ex-bloco da União Soviética. Num sentido amplo, os especialistas afirmavam haver uma convergência inevitável entre ambas as sociedades que terminaram por acabar com o enfrentamento que as caracterizou durante o período da “Guerra Fria”. Essa convicção se baseava na afirmação de Max Weber de que, mais cedo ou mais tarde, tanto o capitalismo quanto o socialismo terminariam dominados por suas respectivas burocracias. O intelectual francês de origem judia, Raymond Aron cunhou o termo “sociedade industrial moderna” e o economista John Kenneth Galbraith, autor de *O Novo Estado Industrial*, afirmou que a industrialização e a urbanização crescentes dariam lugar a sociedades com preocupações e problemas parecidos. Seu colega Walt Rostow afirmava que o desenvolvimento econômico da União Soviética e a maior planificação econômica nas economias do mundo capitalista terminariam por conduzir a uma convergência inevitável e que ambas as sociedades se caracterizariam pelo racionalismo científico, na medida em que progredissem os avanços tecnológicos se tornariam mais homogêneos.

f) Teoria da Escolha Pública

Consiste em aplicar a teoria econômica à política. Seus adeptos se interessam pelas opções dos atores políticos – eleitores, burocratas e grupos de pressão – pela forma como eles se influenciam mutuamente, ao materializar suas opções. Os formuladores dessa teoria se baseiam na convicção de que, tal como os atores econômicos, os indivíduos atuam na política de forma racional e egoísta, perseguindo sua máxima satisfação. Os teóricos da escola de Escolha Pública partem do pressuposto de que os governos democráticos se comportam, com frequência, de forma injusta e de maneira ineficaz; preferem os impostos invisíveis e os benefícios muito evidentes, sem levar em consideração seus custos. Também se prestam a manobras econômicas cíclicas, a despeito dos prejuízos que isto possa causar na economia.

Com relação aos eleitores, a teoria da escolha pública demonstra que a participação dos grupos de interesse, inclusive nas eleições, acusa a influência dos custos sobre as oportunidades dos indivíduos. Aos políticos, acrescentam, lhes gostam tanto o poder que preferem estar em boas graças com os eleitores do que seguir o conselho dos especialistas. Os cidadãos e os eleitores, por sua vez, dizem “como já há muita gente envolvida em política deixemos que se encarreguem dela os que o desejem, para que nós possamos nos dedicar ao que mais gostamos”.

g) Teoria da Escolha Racional

Os teóricos partem do pressuposto de que somos todos racionais na hora de escolher os métodos mais efetivo para conseguirmos nossos objetivos. Empregando técnicas da microeconomia. A racionalidade implica que todos buscamos alcançar o máximo possível, mas como os métodos são limitados, temos que realizar uma escolha refinada, entre produtos que competem entre

si. Os resultados das deduções dos teóricos devem ser contrastados com a forma como se comportam os atores políticos. Uma objeção naturalmente reside em que a racionalidade só se produz num marco de informação completa que nenhum ator político possui e a resposta seria: tão pouco a possuem os atores econômicos.

h) Teoria da Escolha Social

Relação entre as preferências individuais e as escolhas que deve realizar a sociedade. Esta teoria surgiu em 1875 com Condorcet (1743-1794) que assinalou que, havendo três pessoas com as opções X, Y e Z, o normal era que a maioria preferisse X, Y e Z a Z, Y e X. Disto se deduz que, qualquer que fosse a opção escolhida, a maioria poderia preferir outra. O “paradoxo de Condorcet deixa sem sentido a ideia da “vontade popular”. Sua aplicação à teoria eleitoral resulta óbvia, porém caiu no esquecimento, até a década de 50 do século XX, excetuando-se a atenção que a Leia dedicou o matemático Dogson (Lewis Carrol). Kenneth Arrow e Duncan Black a redescobriram e demonstraram que o método de Escolha Social, em aparência bastante racional, resultavam suscetíveis de aplicar-se autocraticamente. A maioria dos cientistas políticos não compreende as ramificações matemáticas da recente teoria da escolha social; sem embargo, sua implicação pressupõe que a maioria dos procedimentos de votação são injustos e insuficientes para evidenciar os verdadeiros desejos das pessoas, numa sociedade de opiniões complexas.

i) Teoria da Organização

A teoria da Organização Formal se desenvolveu com o crescimento da empresa, em grande escala, e a necessidade de estudar e os problemas consequentes. Num primeiro momento, o estímulo foi claramente o dos benefícios: a necessidade de conseguir os melhores sistemas possíveis de administração e de tomada de decisões. Poste-

riormente, os estudos de Administração e empresas se converteram em disciplina universitária. Resultam evidentes as relações com as ciências sociais e, entre elas, a Ciência política: por exemplo, a tomada de decisões na indústria é muito semelhante à tomada de decisões políticas. Em todas as organizações surgem problemas de comunicação, conduta dos grupos e da burocracia. Por isso, a gestão de crises resulta muito útil em ambos os ambientes.

j) Teoria das Catástrofes

Teoria derivada da Física e da Matemática e que se refere à troca repentina e catastrófica. No panorama mundial, pode aplicar-se à queda de um Império. Os intentos de utilizá-la como explicação dos períodos de fim de século, porém, não deram resultados positivos.

l) Teoria do Caos

Teoria que afirma que mudanças quase imperceptíveis podem ocasionar a ruptura de equilíbrios muito estáveis. Como quase todas as teorias tomadas das Ciências Naturais, sua aplicação às Ciências Sociais é duvidosa e nunca foi demonstrada. Por isso, torna-se difícil encontrar exemplos ilustrativos no estudo dos sistemas políticos.

Rodrigo Rollemberg - Senador

Senado Federal, ala senador Filinto Müller, gabinete 05

Telefone:. 3303-6640

Fax:. 3303-6647

CEP: 70.165-900

E-mails: rodrigo@rollemberg.com.br ou

rollemberg@senador.gov.br

www.rollemberg.com.br

